

O projecto de investigação “Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)” [P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014] foi desenvolvido na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP), Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU) entre 2016 e 2019.

The research project “Mapping Public Housing: a critical review of the State-subsidized residential architecture in Portugal (1910-1974)” [P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014] was developed at the Faculty of Architecture of the University of Porto (FAUP), Center for Studies in Architecture and Urbanism (CEAU) between 2016 and 2019.

O Guia para uma terminologia específica, realizado no âmbito do projecto de investigação “Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)” [P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014], para além de constituir uma peça chave na consolidação de conhecimento sistematizado, assumiu-se como um instrumento colectivo de trabalho, performativo e em permanente actualização. Trata-se, nesse sentido, de um documento que ao invés de encerrar o conhecimento do tema através de definições categóricas, se estabelece, pelo contrário, como uma ferramenta teórica dinamizadora de novas leituras, ampliadas através de referências bibliográficas, definições paralelas em contextos internacionais e listagens de exemplos. Nesse sentido, estrutura-se como um permanente hipertexto. Os objectivos deste Guia estendem-se, portanto, para além da definição de conceitos. Cada entrada/termo seleccionado constitui um universo próprio, no qual, ainda que com uma caracterização variável, se procura a construção de um quadro de referências, ampliado por definições paralelas, ou citações relevantes recolhidas em bibliografia especializada, nacional e/ou internacional.

The Guide to a specific terminology within the framework of the research project “Mapping Public Housing: a critical review of the State-subsidized residential architecture in Portugal (1910-1974)” [P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014] is a key piece in the consolidation of systematized knowledge. It has become a performative and constantly updated collective work tool. Also, the Guide is an instrument that, instead of closing the knowledge of the subject through categorical definitions, establishes a theoretical tool to dynamize new readings, amplified through bibliographical references, parallel definitions in international contexts and sample listings. In this sense, it is structured as a permanent hypertext. The objectives of this document, therefore, extend beyond the definition of concepts. Each selected entry constitutes a universe of its own, in which, albeit with a variable characterization, the construction of a framework of references is sought, amplified by parallel definitions, or relevant quotations collected in specialized national or international bibliography.

MAPA DA HABITAÇÃO

Guia para uma terminologia específica em arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]

GISELA LAMEIRA, LUCIANA ROCHA (COORD.)

MAPPING PUBLIC HOUSING

Guide to specific terminology in State-subsidized residential architecture in Portugal [1910-1974]

PREFÁCIO DE MONIQUE ELEB

EDITORAS | COORDENADORAS

Gisela Lameira [GL]
Luciana Rocha [LR]

PREFÁCIO

Monique Eleb (Consultora MdH)

TEXTOS

Eliseu Gonçalves [EG]
Gisela Lameira [GL]
Luciana Rocha [LR]
Luísa Sousa Ribeiro [LSR]
Raquel Geada Paulino [RGP]
Rui Jorge Garcia Ramos [RJGR]
Sara Ribeiro Martins [SRM]
Sérgio Dias Silva [SDS]

Ficha Técnica

TÍTULO

Mapa da Habitação:
Guia para uma terminologia específica em
Arquitectura habitacional apoiada pelo Estado
em Portugal [1910-1974]

Mapping Public Housing:
A guide to specific terminology in state-
subsidized residential architecture in Portugal
[1910-1974]

EDITORAS | COORDENADORAS

Gisela Lameira [GL]
Luciana Rocha [LR]

PREFÁCIO

Monique Eleb (Consultora MdH)

TEXTOS

Eliseu Gonçalves [EG]
Gisela Lameira [GL]
Luciana Rocha [LR]
Luísa Sousa Ribeiro [LSR]
Raquel Geada Paulino [RGP]
Rui Jorge Garcia Ramos [RJGR]
Sara Ribeiro Martins [SRM]
Sérgio Dias Silva [SDS]

REVISÃO PORTUGUESA

Clemência Rêgo

REVISÃO INGLESA

David Tucker

EDITOR

Universidade do Porto [UP]
Faculdade de Arquitectura [FAUP]

DESENHO GRÁFICO

Cristina Amil

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Gisela Lameira
Luciana Rocha
Inês Meireles
Alexandra Cardoso
Mónica Nogueira
Maria João Ramos

FOTOGRAFIA DA CAPA

Trabalhos preparatórios da Exposição do
Mundo Português realizada em Lisboa em
1940. Fotógrafo: Horácio Novais (1910-
1988). Data de produção da fotografia
original: 1938-1939 (?). [CFT164.102169]
Fundação Calouste Gulbenkian

DIREITOS DE AUTOR

© desta edição, FAUP, Porto
© dos textos, os autores
© das imagens, os autores

As fotografias que integram esta publicação
pertencem aos autores e não podem ser
reproduzidas a partir desta edição. Nenhuma
parte deste livro pode ser reproduzida sob
qualquer forma sem a autorização expressa
das editoras e dos autores.

Livro publicado no âmbito do projecto de
investigação “Mapa da Habitação: Reflexão
crítica sobre a arquitectura habitacional
apoiada pelo Estado em Portugal (1910-
1974)”, co-financiado pela ERDF através do
COMPETE 2020 – POCI e fundos nacionais
da FCT no âmbito do P2020-PTDC/CPC-
HAT/1688/2014.

ISBN 978-989-8527-19-6
Depósito Legal 458579/19
1ª edição, Porto, Julho de 2019
500 unidades
Impresso por UNIARTE GRÁFICA, S.A.

SOBRE O PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

NOME

Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a
arquitectura habitacional apoiada pelo Estado
em Portugal (1910-1974)

*Mapping Public Housing: A critical review of
the State-subsidized residential architecture in
Portugal (1910-1974)*

SITE

www.mappingpublichousing.up.pt

INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Universidade do Porto [UP]
Faculdade de Arquitectura [FAUP]

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

Universidad Politécnica de Madrid
Escuela Técnica Superior de Arquitectura
Grupo de Investigación en Vivienda Colectiva
[GIVCO]

Universidade Nova de Lisboa [UNL]
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
[FCSH]
Instituto de História Contemporânea [IHC]

Universidade do Porto [UP]
Faculdade de Letras [FLUP]
Instituto de Sociologia [ISUP]

EQUIPA

[FAUP | CEAU / FCT]
Rui J. G. Ramos (Investigador Responsável)
Eliseu Gonçalves (Coordenador)
Gisela Lameira (Bolseiro de Investigação)
Luciana Rocha (Bolseiro de Investigação)
Luísa Sousa Ribeiro (Bolseiro de investigação)
Maria Tavares
Marta Rocha
Raquel Geada Paulino
Sérgio Dias Silva (Bolseiro de Doutoramento)
Teresa Cáliz

[ETSAM | GIVCO]
Carmen Espegal
Daniel Movilla Vega

[UNL | IHC-FCSH]
Fernanda Ribeiro
Maria Fernanda Rollo

[FLUP | ISUP]
Virgílio Borges Pereira

CONSULTORES

[UMR | AUSser]
Monique Eleb
Jean-Michel Léger

[USL | AUHG]
Mark Swenarton

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Cristina Amil
Luís Urbano
Sara Martins
Silvano Rego



projeto de investigação
PTDC/CPC-HAT/1688/2014

Serviço de Apoio Ambulatório Local [SAAL]

Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), criado por Despacho, de 6 de Agosto de 1974, como resposta expedita e inovadora às generalizadas e gritantes carências de habitação observadas por todo o país, em particular nos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto, à urgente necessidade de reabilitação de bairros degradados, e aos movimentos populares desencadeados após a revolução do 25 de Abril de 1974, em luta pelo direito à habitação e pelo direito ao lugar.

Emanado das estruturas centrais, o SAAL surgiu como serviço descentralizado, com o objectivo de criar um «corpo técnico especializado» do FFH capaz de apoiar directamente a população, em particular dos estratos mais insolventes, através da disponibilização de suporte projectual e técnico e de apoio jurídico e financeiro, criando condições para uma rápida e efectiva resolução do problema da habitação, a partir de um envolvimento e participação activa e directa da população, necessariamente organizada em cooperativas e associações de moradores.

A criação do SAAL assentou na conjugação de três princípios estratégicos: a capitalização da dinâmica reivindicativa das populações, estimulando a sua capacidade de organização em torno da constituição de comissões representativas dos seus interesses, necessidades e aspirações e a sua capacidade de proporem soluções de intervenção; o estímulo à incorporação de recursos próprios da população e do capital em presença; e a descentralização e desburocratização das estruturas de decisão e funcionamento público. [RGP]

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Despacho, de 6 de Agosto de 1974

Despacho conjunto dos Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente designadamente do Ministro da Administração Interna, Manuel da Costa Brás e do Secretário de Estado da Habitação e do Urbanismo, Nuno Portas, de 31 de Julho de 1974, publicado no subsequente dia 6 de Agosto.

O despacho é precedido de um estudo interpretativo elaborado pelo Arq. Nuno Teotónio Pereira, no qual definiu os objectivos a prosseguir através do novo serviço (SAAL), a sua estrutura de funcionamento e o modo de arranque da sua actividade. Diário do Governo n.º 182/1974, Série I de 1974-08-06, pp. 873-874.

“1. Em face das graves carências habitacionais, designadamente nas principais aglomerações, aliadas às dificuldades em fazer arrancar programas de construção convencional a curto prazo – na medida em que estes programas supõem terrenos preparados, projectos e preparação de concursos e garantia de disponibilidade financeira por parte do Estado ou autarquias locais -, está o Fundo de Fomento da Habitação a organizar um corpo técnico especializado designado por «Serviço de Apoio Ambulatório Local» (SAAL), para apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários”.

Despacho, de 2 de Agosto de 1974

Despacho do Secretário de Estado da Habitação e do Urbanismo, Nuno Portas. Concorde com a proposta de estruturação do SAAL, apresentada a 2 de Agosto de 1974, por Maria Proença, em representação da Comissão Organizadora do SAAL.

EXEMPLOS

Alguns exemplos

SAAL/ALGARVE

Bairro da Meia Praia Duna, Lagos, Faro, Maio 1975 | José Veloso

Bairro do Alvor, Portimão, Faro, Outubro 1975 | José Veloso

Bairro Vila Real de Santo António, Vila Real de Santo António, Faro, Março 1976 | João Moitinho

Bairro de Aljezur, Aljezur, Faro, Maio 1976 | José Veloso

SAAL/LISBOA e CENTRO SUL

Bairro de Canal Caveira, Grândola, Setúbal, Junho 1976 | Manuel Tainha

Bairro Casal das Figueiras, Setúbal, Julho 1975 | Gonçalo Byrne

Bairro do Alto dos Moinhos, Lisboa, Setembro 1974 | Justino de Moraes

Bairro Quinta das FONSECAS e Quinta da Calçada, Lisboa, Outubro 1974 | Raúl Hestnes Ferreira

SAAL/NORTE

Bairro da Bouça, Porto, Abril 1975 | Álvaro Siza

Bairro da Lapa, Porto, Novembro 1974 | Alfredo Matos Ferreira e Beatriz Madureira

Bairro do Leal, Porto, Outubro 1974 | Sérgio Fernandez

Bairro das Antas, Porto, Outubro 1974 | Pedro Ramalho

Decreto-Lei 594, de 7 de Novembro de 1974

Decreto sobre o direito de associação.

Determina o direito à livre associação, garantindo o direito à livre constituição de associações, reconhecendo a sua personalidade jurídica adquirida por mero acto de depósito dos seus estatutos.

Diário do Governo n.º 259/1974, Série I de 1974-11-07, pp. 1342-1344.

“Exige-se das associações que se subordinem ao princípio da especificidade dos fins e ao respeito pelos valores normativos que são a base e garantia da liberdade de todos os cidadãos. Revogam-se, assim, expressamente os Decretos-Leis 39660, de 20 de Maio de 1954, sobre controle administrativo das associações, e 520/71, de 24 de Novembro, que sujeitou as cooperativas, em certos casos, ao regime das associações.”

Decreto-Lei 730, de 20 de Dezembro de 1974

Define o regime jurídico da Cooperação Habitacional.

Diário do Governo n.º 296/1974, Série I de 1974-12-20, pp. 1594-1597.

“Julga-se que em Portugal, tal como noutros países já se verificou, o cooperativismo habitacional, convenientemente estruturado e com o adequado apoio do Estado, poderá dar um importante contributo à resolução do problema habitacional.

Porém, para uma correcta intervenção no domínio da acção, havia que definir e corrigir a estrutura do regime jurídico das cooperativas, actualizando preceitos que o legislador de 1888, data da publicação do Código Comercial, estabelecera, atento o condicionalismo sócio-económico da época, e que não correspondem aos actuais conceitos da doutrina cooperativista.”

Decreto-Lei 737-A/74, de 23 de Dezembro de 1974

Define diversas modalidades de auxílio às cooperativas de habitação de interesse social, as quais passam a usar a designação de «cooperativas de habitação económica».

Diário do Governo n.º 298/1974, 1º Suplemento, Série I de 1974-12-23, pp. 1614-(2) a 1614-(3).

“No programa de política habitacional do Governo Provisório assume especial relevo o papel que se atribui ao cooperativismo na promoção de alojamento de inequívoca utilidade social como forma privilegiada de organização da iniciativa e da gestão de recursos pelos próprios moradores na realização de conjuntos urbanos que efectivamente correspondam às suas necessidades. Associado aos necessários programas de execução do Estado e autarquias, o cooperativismo habitacional deverá assegurar a urgente expansão das iniciativas habitacionais sem arrastar necessariamente a burocratização ou dirigismo dos serviços governamentais.”

Despacho, 22 de Abril de 1975

Despacho do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas, no qual se define o critério e mecanismo de transferência de subsídios para as cooperativas e associações de moradores.

No contexto de uma forte adesão ao SAAL e tendo em conta o rápido processo de organização das populações e de definição de soluções ajustadas à especificidade de cada intervenção, para os quais foi essencial o apoio directo e a acção das brigadas técnicas que lhes foram afectadas, reconhecia-se “a urgente necessidade de regular o critério e mecanismo de transferência dos subsídios para as cooperativas e associações de moradores”.

Decreto-Lei 273-C/75, de 3 de Junho de 1975

Decreto no qual se definem regras de expropriação de «zonas degradadas» ajustadas à natureza e princípios das operações do SAAL.

Diário do Governo n.º 127/1975, 1º Suplemento, Série I de 1975-06-03, pp. 770-(5) a 770-(6).

“Vivem no País dezenas de milhares de famílias em bairros degradados que há longos anos vêm sofrendo a exploração impiedosa de proprietários sem escrúpulos de qualquer espécie e sujeitas a condições de habitabilidade a que importa pôr rápido termo.

(...)

Embora de características diferentes, conferidas pelo tipo e época de construção, encontram-se, sobretudo no Porto, zonas degradadas espalhadas pela cidade, formando núcleos que recebem o nome de «ilhas».

(...)

Encontram-se as autarquias locais, com a ajuda do Governo, empenhadas em operações de limpeza, reconstrução e transferência desses bairros. Para o efeito foi criado, em devido tempo, o Serviço de Apoio Ambulatório Local.

(...)

Estas operações só se poderão desenvolver a partir de expropriações dos terrenos dessas zonas que possibilitem o realojamento das populações abrangidas e (ou) de expropriações em zonas tanto quanto possível próximas daquelas em que tais núcleos se encontram implantados.

(...)

Não pode, para além do mais, o Governo consentir na aplicação a estes casos de um processo de expropriação normal que coloque nas mãos dos respectivos proprietários elevadas somas de dinheiros públicos por expropriação de zonas que têm sido exploradas de um modo geral de forma especulativa e sem escrúpulos e que eles próprios deixaram degradar, com o mais completo desprezo pelas condições humanas mínimas de vida das famílias ali instaladas.”

Despacho ministerial, de 27 de Outubro de 1976

Despacho conjunto do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção, designadamente do Ministro da Administração Interna, Manuel da Costa Brás e do Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção, Eduardo Ribeiro Pereira, de 26 de Outubro de 1976, publicado no subsequente dia 27. O despacho anuncia a extinção da metodologia do processo SAAL e da sua estrutura orgânica de intervenção, restituindo às câmaras municipais a resolução dos problemas do habitat

À data, segundo BANDEIRINHA, José A. (2007) estavam em curso 169 operações em todo o país, envolvendo 41 665 famílias de moradores pobres. Diário da República n.º 253/1976, 1º Suplemento, Série I de 1976-10-28, pp. 2460-(1) a 2460-(3).

“ 5. Após dois anos de experiência, conclui-se que algumas das brigadas SAAL se desviaram, de forma evidente, do espírito do despacho que as mandava organizar, actuando à margem do FFH e das próprias autarquias locais que deveriam ser os principais veículos da condução do processo.

(...)

11. As novas câmaras, democraticamente eleitas, são, pela legitimidade do voto, as legítimas representantes das populações na defesa dos seus interesses, em que os problemas do habitat têm um peso de especial significado, pois que só em termos de comunidade e solidariedade podem ser encarados. A recuperação das zonas degradadas e clandestinas e a sua erradicação cabem, em termos políticos e técnicos, à autarquia, embora com o apoio financeiro e técnico da Administração Central.”

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rogério V. (1997). “Operações SAAL 1974-1976”, in A. Becker; A. Tostões; W. Wang (org.), *Arquitetura do Século XX Portugal*, Munique, Prestel.

BANDEIRINHA, José António (2001). “Processo SAAL, o direito à arquitectura”. in J. Figueira; P. Providência; N. Grande (Comissários). *Porto 1901/2001. Guia de Arquitectura Moderna*. Porto, Ordem dos Arquitectos – SRN, Ed. Civilização.

BANDEIRINHA, José A. (2007). *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN: 978-972-8704-76-6.

BURMESTER, Maria (Coord.) (2014). *O Processo SAAL. Arquitectura e participação 1974-1976*. Porto, Fundação de Serralves. ISBN: 978-972-739-311-4.

COELHO, Margarida (1986). "Uma Experiência de Transformação no Sector Habitacional do Estado: SAAL – 1974-76". in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 18/19/20.

COELHO, Mário B. (1986). "Um Processo Organizativo de Moradores (SAAL/Norte-1974-76)". in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 18/19/20.

COSTA, Alexandre A. (1978). "Intervenção Participada na Cidade / A Experiência do Porto". in *Lotus International*, n.º 18, março, 1978.

COSTA, Alexandre A. (1978). "L'esperienza di Oporto". in *Lotus International*, n.º 18.

COSTA, Alexandre A. (1997). "1974-1975 o SAAL e os Anos da Revolução". in BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried [org.] *Arquitectura do Século XX Portugal*, Munique, Prestel.

COSTA, Alexandre A. (1997). "Operações SAAL Norte Operação SAAL – Brigada São Vitor Porto 1974-1977. Álvaro Siza". in BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried [org.]. *Arquitectura do Século XX Portugal*, Munique, Prestel.

COSTA, Alexandre A. (2006). "Prefácio", in BANDEIRINHA, José A. (2007). *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN: 978-972-8704-76-6.

FERREIRA, Vítor Matias (1975). *Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política. A Intervenção do SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) em Lisboa*. Porto, Cidade em Questão 4/Afrontamento, Edições Afrontamento.

MEMBROS EFECTIVOS DO VI CONSELHO NACIONAL DO SAAL (1976). *Livro Branco do SAAL, 1974-1976*. Vila Nova de Gaia, Conselho Nacional do SAAL.

PAULINO, Raquel G. (2013). *ESBAP/FAUP. O Ensino da Arquitectura na 'Escola do Porto'. Construção de um Projecto Pedagógico entre 1969 e 1984*. Porto, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

PEREIRA, Nuno Teotónio (1974). "Estudo Interpretativo dos Objectivos a prosseguir através do SAAL". in *Membros Efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (1976), Livro Branco do SAAL, 1974-1976*. Vila Nova de Gaia: Conselho Nacional do SAAL.

PORTAS, Nuno (1986). "O Processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local". in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20. Coimbra.

SALGUEIRO, Teresa B. (1986). "A Promoção Habitacional e o 25 de Abril". in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20. Coimbra.

VIEIRA, Álvaro Siza (1986). "O 25 de Abril e a Transformação da Cidade". in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20. Coimbra.

DEFINIÇÕES PARALELAS

“No rescaldo do golpe militar de 25 de Abril, a 16 de Maio de 1974, Nuno Portas foi nomeado Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo do 1.º Governo Provisório. Sobressaía, no seu discurso, o profundo conhecimento que tinha da realidade do país: falava na resolução imediata do problema da habitação, falava na criação de «brigadas de urbanismo activo» para descentralizar os serviços e contornar a burocracia, ainda teimosamente «colada» às instituições. Mas sentia-se, também, a configuração teórica da experiência que, por todo o mundo e em contextos de maior ou menor paralelismo, fora sendo acumulada ao longo da última década. (...)”

Criado com o intuito de dar apoio às populações que se encontravam alojadas em situações precárias, o SAAL surgiu como um serviço descentralizado que, através do suporte projectual e técnico dado pelas brigadas que actuavam nos bairros degradados, foi construindo novas casas e novas infraestruturas, foi oferecendo melhores condições habitacionais às populações mais carentes. A manutenção, tanto quanto possível, das novas habitações nos mesmos locais era uma premissa essencial do Despacho, que assim salvaguardava as tentações de realizar operações dissimuladas de especulação, que tinham como consequência inevitável a compulsiva deslocação dos moradores para áreas mais periféricas.” (BANDEIRINHA, 2007:13)

“(…) além da construção e concretização de uma política de habitação, o SAAL foi terreno para uma reflexão sobre a cidade e o estabelecimento de novas metodologias de intervenção que, tendo como princípio os mecanismos da democracia directa, garantissem o direito à cidade e ao lugar, como travões à sua estratificação classista e à especulação imobiliária, bem como o compromisso com todo o património edificado e com os seus valores históricos e culturais associados.” (COSTA, 2006:10)

“Apesar do breve período de existência – oficialmente de 6 de Agosto de 1974 a 27 de Outubro de 1976 – e do contexto em que o SAAL viria a ser desmantelado, a originalidade das metodologias ensaiadas e o alcance da transformação gerada pelo processo desencadeado pelo serviço, deixariam marcas na estrutura social e urbana portuguesa, forçando uma mudança de paradigma ao nível dos modelos de intervenção urbana, pelo ensaio de novas estruturas, mecanismos e instrumentos de intervenção e pela construção de uma cultura de participação democrática colectiva, simplesmente inexistente num país que tinha vivido até ao dia 25 de Abril de 1974, durante quarenta e oito anos, sob uma ditadura.” (PAULINO, 2013: 409)



Índex

A

Adaptabilidade 97

Apartamento 98

B

Bairro de Casas Económicas [BCE] 39

Bairro de Rendimento 101

Bairros Ferroviários [FER] 43

Bairro Social [BS] 40

Bairros para Forças de Segurança [FS] 42

Bloco 101

C

Casa 103

Casa Burguesa 105

Casa Económica 106

Casa em Banda 105

Casa Geminada 107

Casa Portuguesa 107

Casa Quadripartida 108

Casas Construídas Através de Empréstimo: Casas do Povo [CCE-CP] 45

Casas Construídas Através de Empréstimo: Empresas Contribuintes [CCE-EC] 46

Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimo [CCAAE] 44

Casas de Renda Económica [CRE] 55

Casas de Renda Limitada [CRL] 61

Casas Desmontáveis [CD] 47

Casas dos Pescadores [CP] 53

Casas Económicas [CE] 48

Casas para Famílias Pobres [CFP] 50

Colónia Operária 109

Colónias Agrícolas da Junta de Colonização Interna [CAJCI] 64

Compartimento 112

Copropriedade 114

D

Distribuição 115

Dúplex 117

E

Empresa Pública de Urbanização de Lisboa [EPUL] 65

F

Flexibilidade 118

Fundo de Fomento da Habitação [FFH] 67

G

Gabinete da Área de Sines [GAS] 68

Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa [GTH] 68

Galeria 120

H

Habitação 122

Habitação de Promoção Pública 128

Habitação Operária 124

Habitação Plurifamiliar 126

Habitação programada 128

Habitação Social 131

Habitação Subsidiada 133

Habitação Unifamiliar 130

Habitações Económicas da Federação das Caixas de Previdência [HE-FCP] 69

Habitation à Bon Marché [HBM] 71

Habitation à Loyer Moderé [HLM] 72

Higienismo 133

I

Instituto Nacional do Trabalho e Previdência [INTP] 73

J

Junta de Colonização Interna [JCI] 74

M

Matriz de Concepção Espacial 137

Modelo (de Habitação) 137

Movimento Nacional de Auto-Construção [MONAC] 75

N

Normas 138

P

- Paternalismo Industrial 139
- Pátio 141
- Plano de Construção de Novas Habitações - Lisboa [PCNH] 75
- Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto [PMP] 79
- Plano de Realojamento dos Sinistrados [PRS] 82
- Planta 142
- Prédio de Rendimento 144
- Produção Corrente 147
- Promoção Cooperativa [COOP] 82
- Promoção Filantrópica [FI] 84
- Promoção Municipal [MU] 85
- Propriedade Horizontal 149
- Propriedade Resolúvel 149

Q

- Quarteirão 150

R

- Regime das Casas Económicas [RCE] 86

S

- Saguão 152
- Serviço de Apoio Ambulatório Local [SAAL] 89

T

- Tipo 155